

**Comissão Parlamentar de Inquérito para Apuramento das  
Responsabilidades pelas Decisões que Conduziram ao Processo de  
Subconcessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo**

9.<sup>a</sup> Reunião  
(7.<sup>a</sup> audição)  
(3 de abril de 2014)

---

**SUMÁRIO**

A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Maria de Belém Roseira) declarou aberta a reunião às 17 horas e 19 minutos.

O Sr. Eng.º José Manuel Fernandes (Presidente da Comissão Especial para o Acompanhamento de Reprivatização da Estaleiros Navais de Viana do Castelo, SA) respondeu às perguntas formuladas pelos Srs. Deputados Jorge Paulo Oliveira (PSD), Rui Paulo Figueiredo (PS), Abel Baptista (CDS-PP), Carla Cruz (PCP), Mariana Aiveca (BE) e Agostinho Santa (PS).

A Sr.<sup>a</sup> Presidente encerrou a reunião eram 18 horas e 50 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Maria de Belém Roseira): — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Assessores e Srs. Jornalistas, vamos dar início, de imediato, a esta reunião da Comissão de Inquérito.

*Eram 17 horas e 19 minutos.*

Juntar-se-ão a nós alguns Srs. Deputados que ainda não estão presentes porque estão em trabalho no Plenário, mas já temos quórum. Temos quatro grupos parlamentares, portanto, estamos em condições de começar, tanto mais que o primeiro partido a fazer as perguntas já está presente e o segundo também.

O Sr. Eng.º José Manuel Fernandes vem responder a esta Comissão na qualidade de Presidente da Comissão Especial para o Acompanhamento de Reprivatização da Estaleiros Navais de Viana do Castelo, SA, e informou-me que prescindia de fazer uma declaração inicial.

Nesse caso, vamos começar esta primeira ronda, que será no modelo pergunta/resposta, sendo que cada grupo parlamentar tem 10 minutos para fazer perguntas e o Sr. Engenheiro não tem que se sentir pressionado no sentido de esgotar esses 10 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, cumprimento, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, o Sr. Eng.º José Manuel Fernandes pela sua vinda a esta Comissão de Inquérito.

Sr. Engenheiro, atendendo à qualidade que desempenhou, de Presidente da Comissão Especial para o Acompanhamento de Reprivatização da Estaleiros Navais de Viana do Castelo, as duas primeiras

perguntas que gostaríamos de lhe colocar prendem-se exatamente com essa missão e com essa função.

Nessas circunstâncias, perguntamos-lhe, por um lado, quais os motivos que motivaram a criação desta Comissão de Acompanhamento a que presidiu e, por outro lado, qual foi verdadeiramente a missão que lhe foi confiada.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Sr. Engenheiro, peço desculpa por não o ter saudado nem agradecido em nome de toda a Comissão pelo facto de ter vindo aqui prestar declarações.

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes** (Presidente da Comissão Especial para o Acompanhamento de Reprivatização da Estaleiros Navais de Viana do Castelo, SA): — Ora essa.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Eng.º José Manuel Fernandes para responder.

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Estou aqui com a maior satisfação e com o grato empenho de responder à vossa expectativa sobre aquilo que está em causa e deixo aqui as minhas saudações a todos.

Começo por dizer que a criação desta Comissão está estruturada, em termos de regulamentação, em decreto-lei, portanto no *Diário da República*, e em termos de necessidade, num processo destes, era imprescindível, pois ele não poderia desencadear-se sem que esta Comissão

estivesse a operar e tivesse plenos poderes para acompanhar todo o processo.

Inicialmente, não fui eu o convidado para presidir a esta Comissão — foi o Eng.º Van Zeller. Passado um período de tempo, após a demissão deste, houve um convite que nos foi feito pela Sr.ª Secretária de Estado do Tesouro, atual Sr.ª Ministra das Finanças, e que nós aceitámos.

Hoje, o que posso dizer, e foi sempre a nossa sensibilidade e visão, é que — seria a missão desta Comissão — devíamos cumprir exatamente aquilo que estava no *Diário da República* e que tinha sido publicado em 13 de setembro de 2011 (a lei de 2011), que era, de facto, a incumbência de «apoiar tecnicamente o processo de reprivatização, de modo a garantir plena observância dos princípios da transparência, do rigor, da isenção, da imparcialidade e da melhor defesa do interesse público.» Esta foi sempre a visão que tivemos diante de nós e, ao mesmo tempo, muito preocupados com a componente, sobretudo, do processo — de fiscalização do processo, da defesa do interesse do Estado e defesa dos interesses públicos.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Engenheiro, acabou agora mesmo de afirmar que a primeira preocupação foi, de facto, a de cumprir escrupulosamente aquilo que estava plasmado no respetivo diploma legal e publicado em *Diário da República*.

Sem embargo, gostaríamos que pudesse densificar um pouco mais o constante desse diploma e aquilo que foi a atividade da Comissão. Nomeadamente, gostaríamos de saber se seria possível fazer uma descrição daquilo que foi verdadeiramente a vossa intervenção e quais foram as principais atividades que a Comissão desempenhou, no cumprimento daquilo que era a missão que lhe estava confiada.

Gostaríamos também de saber se existiram condicionalismos e princípios fixados pelo Estado e que tenham, de alguma forma, limitado o que supostamente foi a liberdade de atuação da Comissão, no exercício das suas funções.

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — De forma alguma. Nós tivemos 100% de liberdade de atuação e de marcação da nossa agenda em relação a todas as outras partes em que interviemos com o pedido de reuniões, de esclarecimento de documentos, legalidade de processos... Atuámos de uma forma sempre de acordo com aquilo que era o nosso parecer.

Aproveito para dizer que a Comissão foi constituída por três elementos e, sobretudo, os meus dois colegas eram pessoas de alta especialização, um deles até em relação ao setor: o Dr. Poças Esteves com uma experiência no âmbito do *rating* internacional, da SaeR — Sociedade de Avaliação Estratégica e Risco, e o Eng.º Ventura de Sousa, um *expert* na área da construção naval e Secretário-Geral da Associação das Indústrias Navais.

De maneira que estávamos absolutamente à vontade para identificar toda e qualquer questão que era necessário certificar, pedir elementos ou esclarecimentos. Nunca tivemos nenhum obstáculo a que a nossa missão fosse levada até ao fim, com o empenho e a responsabilidade que nós assumíamos.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Engenheiro, uma das preocupações, como também já aqui referiu, foi no exercício de funções de fiscalização para a defesa do interesse público e para a defesa da legalidade.

Assim, pergunto se teve conhecimento, ou se a Comissão teve conhecimento, de alguma situação que possa ser tida como anormal, por um lado, e, por outro, se foi detetada alguma irregularidade, no exercício dessa função de fiscalização, no decurso deste processo.

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — Posso responder perentoriamente que não foi detetada nenhuma irregularidade durante este processo e ele terminou conforme todos nós temos conhecimento e está, também em *Diário da República*. De maneira que isso nunca aconteceu.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Engenheiro, «não foi detetada nenhuma irregularidade» e nós, naturalmente, gostamos de vincar esta sua resposta.

Ao longo deste processo, não obstante não ter havido nenhuma irregularidade, conforme aqui referiu, teve conhecimento que algum concorrente possa ter-se sentido intimidado? Ou, por exemplo, houve queixas de alguma entidade sobre a forma como estava a decorrer o processo e que não se confunde com irregularidades?

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — Tivemos uma situação, mais de esclarecimento do que reclamação.

No dia em que foram apresentadas as propostas definitivas, chegaram três propostas, uma delas depois do horário regulamentado e do *timing* estabelecido pelo regulamento derivado a causas diversas, o concorrente veio pedir pormenores, veio pedir esclarecimentos no sentido de saber por que razão a proposta tinha sido excluída, uma vez que tinha consigo um documento que provava que o seu *partner* tinha feito, creio que em termos de assessoria fiscal, o envio da proposta dentro do tempo

regulamentar. Simplesmente, o regulamento era muito claro: era a hora de chegada que contava e não a hora da partida. Pelo meio houve problemas de servidor, ou algo assim, e isso foi bem esclarecido à empresa, ao concorrente, e ele compreendeu. Nada podíamos fazer, porque as coisas estavam bem claras. O regulamento indicava o tempo justo, a hora exata ao minuto, ao segundo e, na hora que o regulamento apontava que tinha que terminar, terminou mesmo e, de facto, o que a proposta que veio depois estava excluída por natureza.

Estávamos presentes, a Comissão estava presente, assistiu à abertura das propostas.

O Sr. **Jorge Paulo de Oliveira** (PSD): — Não tendo sido detetadas situações de irregularidade, não tendo sido detetadas quaisquer circunstâncias anormais e aquelas questões procedimentais que foram colocadas foram sanadas em conformidade com aquilo que são os procedimentos normais e corretos por parte da Comissão, podemos, então, concluir que o processo foi absolutamente transparente?

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — Absolutamente transparente.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr.ª Presidente, não temos mais nenhuma questão a colocar.

A Sr.ª **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, quero cumprimentar o Sr. Presidente da Comissão de Acompanhamento e agradecer-lhe as explicações que já deu e todas aquelas que irá dar, certamente, ao longo desta sessão e saudar um aspeto positivo, que é a nomeação atempada da Comissão de Acompanhamento.

Aquilo que já disse, ou seja, que teve, bem como a Comissão, toda a liberdade para desempenhar o seu trabalho nos parâmetros que identificou, e bem, das competências da Comissão de Acompanhamento é positivo. É porque o Partido Socialista tem sido muito crítico dos processos de reprivatização, porque eles não seguem as figuras de concursos públicos internacionais, têm uns modelos atípicos que são desenvolvidos por decreto-lei e resoluções do Conselho de Ministros e, muitas vezes, as comissões de acompanhamento não são atempadamente nomeadas, os seus relatórios são publicitados demasiado tarde e, por isso, é positivo — nós gostamos de saudar o que é positivo — que tenha sido nomeado.

Tendo toda a liberdade para desenvolver o seu trabalho nos parâmetros que referiu — nomeadamente, apoiar tecnicamente o processo de reprivatização e de melhor defesa do interesse público, para além da observância de todos os princípios que identificou —, gostava de lhe fazer algumas perguntas naturalmente sobre os trabalhos que desenvolveu.

Desde logo, o que é que a Comissão de Acompanhamento fez para revisão dos procedimentos efetuados na fase preliminar do concurso? Ou seja, em toda a definição das fases de procedimento e planeamento deste processo de reprivatização, o que é que a Comissão fez, em concreto, nesta matéria?

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — A Comissão, à medida que ia decorrendo o processo, acompanhava-o, a par tanto dos *partners* do

processo (que era a EMPORDEF), como por outra via, da seleção (por exemplo, na seleção dos *partners* na área do aconselhamento fiscal e no aconselhamento financeiro... Eu tinha o termo correto e gostaria de o utilizar.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Já irei a todas essas matérias, portanto posso poupá-lo.

Fiz-lhe uma pergunta precisa, que gostava de recordar: para revisão dos procedimentos efetuados na fase preliminar de concurso — definição de procedimentos e de planeamento —, o que é que a Comissão fez?

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — Acompanhámos tudo ao mais pequeno pormenor. Temos isso exarado no nosso índice das reuniões — dos temas tratados e com quem. De maneira que o «par e passo» era o desenvolvimento de todo o acompanhamento, sobretudo daquilo que estava a acontecer ou iria acontecer. De maneira que isso era um trabalho que estávamos a fazer, simultaneamente à medida que se desenvolvia o processo.

Portanto, foi feito com o ajustamento necessário e não prescindimos de nenhum ato que não fosse de intervenção. Questionado o trabalho da Comissão, tinha de ser feito, e era o que fazíamos.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Agradeço-lhe a resposta, mas, se me permite e com toda a simpatia, ela foi um pouco vaga.

E isso traduziu-se em quê? Leu documentos, deu pareceres, sugeriu alterações, ou concordou com tudo aquilo que lhe era apresentado?

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — Quero adiantar o seguinte: a EMPORDEF é uma empresa que, em todo este trabalho, nos deu uma impressão de uma grande segurança em tudo quanto estava a fazer. Posso adiantar-lhe isto até como técnico, como profissional de diversas áreas. Vimos um alto profissionalismo e um rigor muito grande de procedimentos, tanto da parte da EMPORDEF como também do *partner*, o BESI (Banco Espírito Santo Investimento), que foi a empresa que prestou assessoria económico-financeira em relação ao processo (a PBBR é que fez toda a assessoria fiscal).

De facto, vimos aí um trabalho muito profissional, muito qualificado. Tudo era feito sempre com uma cautela muito grande da parte da EMPORDEF junto de nós, no sentido de nos dar conhecimento de todos os passos que estavam a dar. Nós retocávamos um ou outro ponto relativamente ao qual entendíamos que se devia seguir uma determinada orientação de clareza e de rigor quanto à apresentação de dados. Era um trabalho desenvolvido nestes moldes.

Claro que para cada reunião da Comissão não houve da nossa parte um trabalho exaustivo de agenda ou de ata, detalhe a detalhe, pormenor a pormenor. Os pontos mais importantes, fruto do nosso trabalho, diziam respeito à legalização de todo o processo e ao acautelar dos interesses do Estado. Este é que era essencialmente o nosso trabalho.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Então, já agora, pode dar-nos exemplos de retoques ou de mudanças de rumo (expressões que utilizou), que tenham sido efetuados por intervenção da Comissão de Acompanhamento?

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — Referi «retoques» no sentido de, por exemplo, querermos uma reunião com o advogado tal, ou querermos uma reunião com o BESI. Portanto, quando falei em «retoques», queria referir-me não a alterações mas, sobretudo, a conhecimento de detalhes que nos permitissem estar integrados no acompanhamento de todo o processo.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Com certeza que a EMPORDEF agradecerá os seus elogios, e certamente que são merecidos. Posso, então, concluir que não houve qualquer alteração na definição de procedimentos e no planeamento por ação da Comissão de Acompanhamento.

Em relação a outra matéria que, há pouco, começou a aflorar, a identificação e seleção das entidades potencialmente interessadas, qual foi, neste aspeto, o papel da Comissão de Acompanhamento em termos de apoiar tecnicamente este processo de reprivatização, nessa identificação e seleção das entidades potencialmente interessadas?

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — O aspeto técnico não é em relação ao conteúdo, pois essa não era a missão da Comissão. Esse era o trabalho que estava contratualizado com o *partner*, o assessor financeiro, o BESI. Esse foi o trabalho deles e também, creio, da EMPORDEF.

Em relação às propostas e aos requisitos, não deixámos de dar um ou outro parecer. Concretamente, no plano estratégico, em relação ao plano de negócios, sentimos que as propostas finais estavam muito vazias.

A Comissão, num ou noutro ponto, fazia referência a isso. E a prova é que, de facto, infelizmente, não houve capacidade de resposta por parte dos candidatos nessas componentes. Mas, no global, em relação à oferta, à

mostra e ao modo como o trabalho foi desencadeado, esse foi trabalho essencialmente do BESI e da sua contratualização.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Já iremos às propostas.

Antes, deixe-me dizer-lhe que a missão da Comissão de Acompanhamento era também a de apoiar tecnicamente o processo de reprivatização e defender o interesse público. Portanto, acho algo redutora a interpretação que está a fazer dessa missão. Mas também já lá iremos, ao papel do BESI.

Mas, concluindo, a Comissão de Acompanhamento também não teve, segundo as suas palavras, nenhum papel em relação às entidades potencialmente interessadas.

Voltando a um tema que o Sr. Presidente da Comissão já aflorou, uma vez ou outra, que é a contratação dos assessores jurídicos e a contratação dos assessores financeiros, a Comissão de Acompanhamento também acompanhou esta contratação?

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — No que diz respeito ao assessor financeiro, sim, acompanhámos; no que diz respeito ao assessor fiscal, ele já estava previamente selecionado e era parceiro da Parpública, pelo que foi uma evolução natural.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — E qual foi o procedimento jurídico utilizado para a contratação destes assessores?

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — Em relação ao BESI, não fui eu que participei, não foi no meu tempo, foi ainda com o Eng.º Van

Zeller, mas o que sei é que seguiu os procedimentos legais e a Comissão deu-se por satisfeita no acompanhamento da seleção do BESI.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Nem nos passava pela cabeça que não seguisse os procedimentos legais!

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — Claro!

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Mas a minha pergunta era mais, nesta defesa do interesse público, que era missão da Comissão de Acompanhamento, se entendeu que os honorários eram adequados, se houve consultas a várias entidades, se eram os mais capazes, se era o melhor preço, se havia alguma matéria de incompatibilidades em todo o procedimento. Como é que foram escolhidos estes assessores? Qual foi a opinião da Comissão de Acompanhamento sobre estas duas seleções?

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — Uma seleção, porque a outra já estava indexada naturalmente à Parpública. Um fator que foi determinante e de que nos apercebemos para a seleção do BESI foi a representação internacional de sucursais que o BESI detinha para melhor poder fazer o trabalho de *procurement* em relação a potenciais candidatos.

Em relação às restantes características de seleção, sentimos que seguiram procedimentos normais. Neste momento, teria de recorrer a mais algum elemento, mas nós sentimos que o procedimento foi um procedimento sobre o qual reunimos perfeito consenso e houve unanimidade na Comissão em relação à seleção do BESI.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Então, são procedimentos legais, normais e consensuais. Mas acabou por não responder a nenhuma das minhas dúvidas.

Em relação à contratação dos serviços das *Vendor Due Dilligences* (VDD), qual foi o papel que a Comissão de Acompanhamento teve nesta escolha? Também foi um processo consensual, normal e legal? Ou quer dizer-nos mais alguma coisa sobre esta escolha?

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — A seleção dos três fez-se naturalmente entre os concorrentes, porque aqueles que foram rejeitados não cumpriam o Caderno de Encargos (permita-me o termo). Portanto, essa seleção foi natural. Foi-se movimentando ao longo do tempo e perante o filtro que a própria seleção obrigava, na defesa do que estava em causa, os interesses do Estado e do próprio concurso.

Assim sendo, o que nos apraz dizer é que, por fim, ficou uma única empresa e, mesmo essa, ao ganhar o concurso, no fundo, não tinha nada de positivo na defesa dos interesses do Estado.

De modo que a seleção foi uma seleção natural, de não cumprir os procedimentos do concurso.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Certamente, a culpa deve ter sido minha, que me expressei mal, porque o Sr. Presidente respondeu-me à seleção das várias propostas para a reprivatização, mas o que lhe perguntei foi sobre os serviços das *Vendor Due Dilligences* para todo o procedimento.

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — Não encontramos nada de errado nos procedimentos e, portanto, nada temos a comentar em relação a

isso. Na altura, foi acompanhado por nós *step by step*, passo a passo. Não houve nada de errado ou algo que tenhamos corrigido, isso não aconteceu. Seguiu uma via processual absolutamente normal, ao abrigo do que estava regulamentado.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — E qual foi o procedimento jurídico utilizado?

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — Não sei responder.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — E sabe, por acaso, quais foram os montantes atribuídos a cada um destes vários assessores, ou seja, à assessoria jurídica, à assessoria financeira e à contratação dos serviços das *Vendor Due Dilligences*?

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — Em relação ao assessor fiscal era interno da Parpública e foi-nos apresentado como um parceiro que vinha.

Em relação especificamente ao valor em causa, neste momento, não posso precisar.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Então, avancemos para outros itens daquilo que era o papel da Comissão de Acompanhamento.

Em relação à emissão de memorandos de informação para eventuais interessados, ou à recolha e avaliação das cartas de manifestação de interesse, nesse apoio técnico que deveria fazer à EMPORDEF e nessa defesa do interesse público, o que é que a Comissão de Acompanhamento fez especificamente nestas duas matérias?

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — A Comissão acompanhou naturalmente todo e qualquer enquadramento. O nosso trabalho era essencialmente de processo, a legalidade do processo em qualquer área, e o acompanhamento da legalidade e da correção de todas as situações.

Em relação ao restante, nomeadamente a certos detalhes, neste momento, de memória, não tenho isso presente.

Uma coisa é um facto: nós acompanhámos...

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo (PS)**: — O processo foi natural!

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — Foi um acompanhamento correto e nós tivemos oportunidade de o ver... Há aqui muitos subconjuntos de atuação, de detalhes, que, enfim...

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo (PS)**: — E em relação aos outros dois aspetos, a que há pouco já estava a responder, sem eu lhe ter perguntado, de avaliação das propostas não vinculativas e avaliação das propostas vinculativas? Aqui, a Comissão de Acompanhamento teve um papel mais ativo, um papel que, pelos vistos, não teve em todos os outros itens que já aqui focámos? Ou também concordou, apenas e só, com a avaliação e análise da EMPORDEF?

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — Nós acompanhámos a matriz de avaliação e, automaticamente, não notámos nada de errado. E isso permitiu as coisas evoluírem no sentido de que essa matriz fazia a filtragem daquelas que tinham qualidade para avançar e daquelas que

tenham «inqualidade» para ficarem retidas e anuladas. Assim sendo, este foi um processo absolutamente natural.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Portanto, foi um bom trabalho da EMPORDEF e a Comissão acompanhou o trabalho da EMPORDEF.

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — Acho que, no contexto em que o trabalho foi realizado e nos foi apresentado, o trabalho foi bem realizado. Eu, como engenheiro e como empresário e também como alguém outrora ligado à metalomecânica pesada, tenho uma opinião em relação à abordagem. Mas não era a minha missão, nem nunca quis — nem quisemos nós, na Comissão —, intervir em aspetos de conteúdo em relação àquilo que estava em andamento e à regulamentação, ao próprio despoletar da forma como o concurso estava realizado. Não quer dizer que fosse pior, mas nunca quisemos intervir nessa área.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Agradeço a frontalidade com que está a responder, mas deixe-me dizer-lhe, mais uma vez, que, no nosso entendimento, é uma visão muito redutora dos poderes e da atuação da Comissão de Acompanhamento. Mas, no final, abordaremos essa matéria.

Em relação às propostas em concreto, já percebemos que a Comissão se limitou a acompanhar a avaliação da matriz da EMPORDEF, que considerou positiva.

A propósito desta questão, pergunto: as propostas, ao longo das várias fases, mantiveram-se estáticas ou foram evoluindo positivamente em termos de interesse do Estado? A EMPORDEF ou todos os agentes envolvidos, desde os diferentes consultores, procuraram, nas reuniões que existiram, fazer evoluir positivamente essas propostas?

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — Houve sempre uma atitude da parte da EMPORDEF em fazer evoluir positivamente na defesa dos interesses do Estado. Tanto assim foi que, em relação às propostas finais, faltavam-lhes bastantes esclarecimentos, inclusivamente, a composição em relação à parte de créditos, e não só, o plano estratégico, o plano de negócios, e a EMPORDEF, apesar de ter terminado o prazo para concluir o processo, ter terminado, achou bem solicitar mais elementos para melhor esclarecimento das propostas finais. Portanto, houve uma dilatação do prazo. Aliás, foi pedido uma série de documentos, que os Srs. Deputados têm consigo, com certeza, que vão atrasar o processo.

Simultaneamente, aparece a questão da intervenção da DGCom e as coisas começam a entrar numa outra via.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Houve essa intenção, mas o Sr. Engenheiro acabou por não responder a uma das perguntas que fiz. As propostas evoluíram positivamente ou mantiveram-se na mesma?

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — Não consigo perceber o que é que quer dizer com «positivamente». As propostas ou vêm esclarecidas ou pedem-se esclarecimentos. Nós acompanhámos a EMPORDEF a pedir esclarecimentos. Foi a isso que assistimos.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Clarifico a minha pergunta.

É que nós tivemos manifestações de interesse, tivemos procura de interessados, tivemos uma fase de propostas não vinculativas, tivemos uma fase de propostas vinculativas e, como disse, a EMPORDEF procurou

sempre salvaguardar o interesse do Estado e zelar para que as propostas evoluíssem positivamente.

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — Claro!

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Quando lhe pergunto se evoluíram positivamente é no sentido de saber se, mesmo podendo ser negativas no final, elas foram melhorando nos vários aspetos, seja no preço, seja na salvaguarda dos trabalhadores, seja na estratégia apresentada.

Não quero esgotar o meu tempo a clarificar a sua dúvida, mas podia dar-lhe 20 ou 30 parâmetros segundo os quais as propostas podiam melhorar.

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — Também tenho dificuldade em responder aos 20 ou 30 parâmetros, mas uma coisa sei: as questões sobre o valor por ação e sobre os postos de trabalho foram determinantes e foram todas elas bem clarificadas, logo de início, em todas as propostas.

O que está aqui subjacente são outros requisitos, muitos deles não foram respondidos na matriz de inquérito ou no pedido de elementos feito para cada proposta a cada um dos concorrentes. Muitos deles não responderam a muitos desses pontos, mas estes dois foram fundamentais. Sobretudo os que chegam à fase final são bem esclarecedores em relação... Até as três empresas são esclarecedoras quanto ao posicionamento em relação ao valor por ação, dos 95% do capital, assim como em relação aos postos de trabalho, não dizendo como é que iam alavancar, como é que iam passar para 1000 postos de trabalho, tinham essa intenção mas isso não estava suportado num plano estratégico, num plano de negócios. Houve muita coisa que, de facto, ficou em falta.

É o que posso dizer.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Presumo, pela sua resposta, que, pelo menos nos itens principais de que se lembra, elas não foram evoluindo positivamente,...

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — Sim

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — ... o que não acontece noutros processos entre as propostas não vinculativas e as propostas vinculativas e na interação que tem havido entre os concorrentes e as entidades gestoras das privatizações.

Diga-me outra coisa: ao longo deste processo, a empresa Estaleiros Navais de Viana do Castelo foi ouvida sobre os vários itens e as várias matérias e a Comissão de Acompanhamento velou por isso?

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — Nós não interagimos com a empresa Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Entretanto, tivemos conhecimento do interesse dos concorrentes em visitar a empresa e a EMPORDEF aí fez um trabalho de acompanhamento, de demonstração e de tomar conhecimento com os ativos, com a parte de todo equipamento, o que era a empresa, etc., e isso ocorreu durante o período das propostas não vinculativas.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Registo só que o Caderno de Encargos previa expressamente que a empresa Estaleiros Navais de Viana do Castelo devia ter sido ouvida ao longo do processo.

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — Dá-me licença? Peço desculpa.

O Conselho de Administração da empresa Estaleiros Navais de Viana do Castelo, por aquilo que nos apercebemos, tem um ou dois membros que estão na administração da EMPORDEF como também estão... Pelo menos, tinha essa ideia...

O Sr. **Agostinho Santa** (PS): — Antes, sim, depois, não!

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — Então, é esse o pormenor. Mas sei que houve contatos com a administração dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo por parte da EMPORDEF — isso era natural —, de acordo com as informações que nos davam. Assisti a uma discussão em relação ao guindaste que estava lá inoperativo e que era necessário e vi um membro do Conselho de Administração da empresa prestar informações.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Falou há pouco da insuficiência das propostas.

Tenho duas perguntas para lhe fazer sobre esta matéria. Primeira, claramente entendia que a proposta que estava em cima da mesa não salvaguardava o interesse público, é assim? Segunda, acha que foi esse o único motivo que levou ao encerramento do processo de reprivatização?

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — Não queria pronunciar-me sobre o detalhe de como ocorreu, as razões desse detalhe ou de uma decisão.

Nós estávamos atentos aos factos em termos de legalidade, em termos de processo. A nossa visão de trabalho era essa, essencialmente.

Mas não lhe posso dizer... Tenho a estrutura completa dos acontecimentos, os *steps* que vão até à publicação, em *Diário da República*, a 24 de abril, da anulação completa do processo de reprivatização e das fases até chegar lá.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Agradeço a resposta, mas queria concluir com um comentário.

Se abri com um elogio ao Ministério da Defesa, ao Governo ou ao Ministério das Finanças por ter nomeado atempadamente esta Comissão de Acompanhamento e por ela ter tido todas as condições para fazer o seu trabalho, das suas respostas — deixe-me dizer —, tenho de concluir uma apreciação muito negativa acerca do modo como interpretaram a vossa missão. É porque apoiar tecnicamente o processo de reprivatização e defender o interesse público não é apenas e só servir de notário ao trabalho da EMPORDEF, ainda que seja muito positivo.

Das respostas que deu, podemos concluir que acabaram por não ter nenhum papel relevante na revisão dos procedimentos, na definição do planeamento, na seleção de entidades potencialmente interessadas, nos processos referentes a todas as assessorias, na avaliação das propostas não vinculativas e vinculativas — acabou até por me dizer que não queria sequer pronunciar sobre essa matéria —, sobre a recolha e avaliação das cartas de manifestação de interesse, tudo aquilo que eram matérias que deveria referir.

Respeito — e vou terminar, Sr.<sup>a</sup> Presidente — a interpretação que fez da missão, mas não concordamos com ela e comparo-a, em 10 segundos, com um relatório, que ainda agora veio a público, da Comissão de Acompanhamento da ANA, que nem foi nomeada atempadamente, como eles próprios dizem, mas referem vários aspetos substanciais, a saber, desregulação económica, alteração das circunstâncias durante o processo,

variadíssimas matérias em que se fazem análises de substância. E do nosso ponto de vista, a Comissão de Acompanhamento serve para isso mesmo. A defesa do interesse público não é limitar-se a carimbar aquilo que fazem outras entidades.

Obrigado pela tolerância, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abel Baptista, do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, agradeço também a presença do Sr. Eng.º José Manuel Fernandes e as informações que já nos prestou.

Sr. Engenheiro, li alguns elementos, incluindo atas e cartas, enviados pela Comissão Especial de Acompanhamento à Reprivatização dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo e verifiquei que o Relatório de Atividades e Parecer da Comissão refere que — e o Sr. Engenheiro já aqui o confirmou e subscreve —, durante todo o processo de reprivatização do capital social dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, e até à presente data (14 de novembro de 2012), «foram respeitados os princípios da regularidade, do rigor, da transparência, da isenção, da imparcialidade e da melhor defesa do interesse público.»

Porém, o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo levantou uma questão que gostaria que o Sr. Engenheiro esclarecesse. É que no n.º 1 do artigo 14.º do Caderno de Encargos, refere-se o seguinte: «Tendo em consideração o relatório elaborado pela EMPORDEF (SGPS), S.A., e caso a EMPORDEF (SGPS), S.A., o entenda necessário, após a audição da ENVC, S.A., quanto à adequação aos interesses da sociedade das propostas vinculativas e dos projetos estratégicos (...)».

O Sr. Engenheiro entende que a audição era prestada apenas se a EMPORDEF entendesse necessário ouvir os Estaleiros Navais. É assim?

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — Sim. Absolutamente.

Nós acompanhámos o que a EMPORDEF estava a fazer e que nos era comunicado diariamente, em face dos resultados que iam progredindo e aparecendo, e não tivemos uma atitude de alterar completamente o que estava em causa.

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Ou seja, de acordo com o que o Sr. Engenheiro já hoje nos referiu, a Comissão de Acompanhamento tinha uma missão de verificar da legalidade, da transparência, do rigor da atuação da EMPORDEF no processo. Não tinha a missão de escolher do mérito de cada uma das decisões que a EMPORDEF tomava. Tinha apenas, apesar de muito mal comparado, de salvaguardar o princípio da legalidade.

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — Sem dúvida.

A Comissão não poderia intervir a nível do conteúdo técnico das propostas, alterando seja o que for em termos do que era genuíno e que pertencia a cada proponente, a cada concorrente.

De maneira que aí a EMPORDEF, juntamente com o BESI, fez o trabalho de criar uma matriz extremamente exigente e a prova é que os concorrentes não conseguiram responder à maior parte dos itens, a uma boa parte dos itens, e tiveram de ser interpelados e complementados esses pedidos por resposta mais tarde. Mas é dentro desta perspetiva que nós respondemos.

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Gostaria de colocar uma outra questão. Houve, ao fim e ao cabo, a apresentação de três candidaturas, a da Rio Nave, a da RSI Trading e a da Volstad, que entrou já fora de hora. Esta empresa que apresentou fora de prazo a proposta, que seria vinculativa, foi excluída. Tem conhecimento se esta empresa reclamou ou não dessa exclusão, Sr. Engenheiro?

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — Eles solicitaram uma reunião connosco, apresentaram documentação e argumentaram que tinham concorrido dentro do *timing* previsto. Simplesmente, a regulamentação apontava que a data-limite e o local eram no ambiente do servidor de receção. Estavam bem identificadas e bem claras as condições em que era feita a identificação do segundo zero em relação à hora de chegada.

Compreendemos que quem concorre tenta apresentar as coisas muito próximas do tempo limite, é algo de sensibilidade nestes concursos, mas, de facto, ocorreu aqui uma falha e não havia nada a fazer. Não havia aspetos de boa vontade, nem sequer poderia pensar-se que seria uma excelente proposta, enfim, com altas condições ganhadoras. Não era isso que estava em causa, o que estava em causa era o regulamento, que tinha de prevalecer como ponto de decisão.

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Sr. Engenheiro, uma das propostas tinha um prazo de validade que não foi prorrogado. No caso da Rio Nave, o prazo da proposta terminava no dia 5 de novembro de 2012 e, no caso da Trading, o prazo da proposta, vinculativa, terminava no dia 5 de janeiro de 2013, tendo sido prolongada até 6 de maio de 2013.

Mesmo com as deficiências no que diz respeito ao cumprimento do Caderno de Encargos e de, no caso desta, a proposta ser de valor, no âmbito

do preço vinculativo, mais baixo do que a anterior, ela acabava por não cumprir algumas alíneas do Caderno de Encargos, nomeadamente, no artigo 5.º, a alínea *c*), que tinha a ver com a salvaguarda dos interesses patrimoniais do Estado — porque era um valor substancialmente abaixo das dívidas da própria empresa Estaleiros Navais; a alínea *f*), em que não estava garantida a questão da salvaguarda do património do Estado no que diz respeito a alguns aspetos das condições de pagamento; e a alínea *g*), relativa à idoneidade e capacidade financeira da própria empresa.

Se este processo não fosse interrompido, como foi, o Sr. Engenheiro é da opinião que teria de ser relançado um novo processo de reprivatização, anulando este?

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — A opinião aqui transcende um tanto ou quanto as minhas funções, mas compreendo a pergunta.

De facto, quanto à Rio Nave, o prazo de validade da sua proposta terminou e esta não o revalidou, como fez a RSI. Inclusivamente, havia a questão do esclarecimento e da informação do posicionamento da DGCom em relação às aplicações financeiras que tinham sido feitas na empresa por parte da EMPORDEF, mas nem houve tempo para isso porque tinha caducado o prazo de validade da proposta e só ocorreu a informação com a RSI. De maneira que foi um processo em que a própria Rio Nave se autoexcluiu.

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — O facto de haver um processo levantado pela DGCom — e a questão é controversa — foi a justificação para logo inviabilizar o processo de reprivatização. Não é unânime, nesta Comissão, que tenha sido uma decisão correta, não é isso que está em

questão. O facto é que a não existência deste processo parece que teria de levar a uma reformulação da reprivatização, apesar de tudo.

Neste caso, não peço a opinião do Sr. Engenheiro, mas, face aos elementos que constam da própria ata da EMPORDEF, parece que, não cumprindo um conjunto de requisitos do Caderno de Encargos, não poderia ser feita a adjudicação.

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — O que verificamos é que, antes de se concluir o processo, que foi transparente e foi publicado no dia 3 de abril de 2013 no *Jornal Oficial da União Europeia*, encontrando-se em curso o prazo de apresentação de comentários por parte do Estado português a toda esta situação, no dia 24 de abril foi publicada a desistência, a anulação por, enfim, falta de idoneidade e por não corresponder à expectativa que o Estado tinha em relação a valores mínimos, provavelmente, acautelados do interesse do Estado em relação aos concorrentes. Portanto, foi anulado, pura e simplesmente. E no dia 24 de abril também terminou a nossa missão.

O que vem a ser decidido posteriormente não tem a nada a ver com esta Comissão.

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Sr. Engenheiro, obrigado.

Sr.ª Presidente, de momento, da minha parte, estou satisfeito.

A Sr.ª **Presidente**: — Tem, agora, a palavra a Sr.ª Deputada Carla Cruz, do Grupo Parlamentar do PCP.

A Sr.ª **Carla Cruz** (PCP): — Sr.ª Presidente, cumprimento também o Eng.º José Manuel Fernandes.

Antes de colocar as questões, gostaria que aqui ficasse bem claro que o Partido Comunista Português sempre se opôs ao processo de privatização dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. No entanto, estando nós numa comissão de inquérito para apuramento de todas as responsabilidades e de todas as informações, obviamente que iremos colocar questões sobre este processo para um cabal esclarecimento desta situação.

Começamos, desde logo, por colocar uma pergunta muito clara, tendo em conta até todas as informações que nos foi dando aqui.

No dia 14 de novembro de 2012, o Sr. Engenheiro assinou um relatório, que já aqui foi mencionado, em que, no ponto 2 do parecer, refere o seguinte: «É, ainda, nossa convicção que durante todo o processo de reprivatização do capital social da Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A., e até à presente data, foram respeitados os princípios da regularidade, do rigor, da transparência, da isenção, da imparcialidade e da melhor defesa do interesse público.»

Como é que todos estes princípios foram cumpridos quando, por aquilo que fez transparecer, a ideia com que ficamos é a de que a Comissão de Acompanhamento foi um *pro forma*? Confirma que a constituição da Comissão de Acompanhamento foi um *pro forma* para dizer que havia uma Comissão de Acompanhamento ao processo de privatização?

Pergunto-lhe isto muito claramente porque não foi capaz de responder a questões muito concretas, mas vou voltar a colocá-las.

Neste mesmo relatório, no ponto 2.4, diz assim: «Este acompanhamento incluiu a revisão dos procedimentos efetuados na fase preliminar do processo, nomeadamente as seguintes atividades:...» — nesta altura, o Sr. Engenheiro já presidia à Comissão, porque, de acordo com o Anexo I, a 29 de outubro a Comissão já era composta por José Manuel Fernandes, Poças Esteves e Ventura Sousa — «... a definição dos

procedimentos e seu planeamento; a identificação e a seleção das identidades potencialmente interessadas e a contactar, a contratação dos assessores jurídicos (...) e financeiros (...); a contratação (...)» dos serviços de venda, «(...) a emissão dos memorandos de informação (...)».

Para haver esse rigor, o Sr. Engenheiro não considera que se devia ter inteirado de todos estes procedimentos, mesmo que tivessem ocorrido antes da sua entrada para este processo, antes de encabeçar a presidência da Comissão?

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Sr. Engenheiro, antes de iniciar a sua resposta, peço-lhe que me deixe fazer um pedido às Sr.<sup>as</sup> e aos Srs. Deputados.

Caso tenham de falar uns com os outros, peço-vos que o façam mais baixo, porque esta sala é muito pequena e faz ressonância, o que perturba quem tem de estar com atenção.

Tem a palavra, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **José Manuel Fernandes**: — Compreendo a pergunta e a preocupação. Nós tivemos o cuidado de verificar trabalho que já tinha sido feito de trás quando pegámos neste processo.

O acompanhamento foi sempre no espírito de vermos as coisas à lupa, vermos as coisas de forma a que estivesse tudo correto e que não houvesse a mais pequena dúvida, para além do trabalho interno da própria Comissão em relação àquilo que já se tinha passado anteriormente. Enfim, não pomos em causa que este trabalho não tivesse sido feito de uma forma menos correta; antes pelo contrário. Isto ocupou-nos bastante tempo. Compreendo o profissionalismo que veem nas pessoas que devem estar deste lado perante, enfim, uma comissão deste género. Para mim, houve procedimentos com os quais contactei pela primeira vez; de qualquer

forma, houve muito rigor e uma determinação muito grande em checar tudo, verificar, discutir, balizar... Enfim, no meio das 74 ofertas que houve, espalhadas por diversos espaços geográficos de potenciais interessados nesta empresa, nos Estaleiros, sentimos que toda a sequência foi bem acompanhada e bem organizada.

Se as propostas finais tivessem outro valor, se tivessem uma posição ganhadora, com certeza não estaríamos aqui. Mas, de facto, pelo que temos conhecimento, eram bastante pobres.

Nós acompanhámos estes procedimentos, esta definição. De maneira que, enfim, é a nossa posição. Tudo quanto era processo foi acompanhado e tirar-nos-ia o sono se, porventura, identificássemos alguma coisa que tínhamos de remeter. E se tivéssemos de o fazer, aliás, fizemo-lo na altura própria, com um ou outro alinhamento ou esclarecimento. Mas isso é natural, era o nosso trabalho.

A Sr.<sup>a</sup> **Carla Cruz** (PCP): — Parece haver uma contradição entre a primeira afirmação e a que fez agora.

Na resposta que agora nos deu disse que fez o acompanhamento e que tinha conhecimento de todos os procedimentos que tinham ocorrido. Faço uma leitura correta?

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — Sim, havia procedimentos de trás, que foram feitos noutra altura ou, antes, o acompanhamento de procedimentos iniciais por parte do Eng.º Van Zeller. Nós tivemos oportunidade de, relativamente àquilo que estava já como factos identificados, que estavam ultrapassados em termos de verificação, acompanhar estes processos que estavam a decorrer.

A Sr.<sup>a</sup> **Carla Cruz** (PCP): — Pode dar-nos exemplos de processos que acompanhou anteriores e aos quais fez agora referência?

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **José Manuel Fernandes**: — Não me lembro neste momento. Diversos processos, diversos detalhes que estavam em curso...

A Sr.<sup>a</sup> **Carla Cruz** (PCP): — É que, Sr. Engenheiro, se me permite, esta afirmação não bate certo com uma das suas primeiras intervenções, porque — e eu registei — disse: «Nós não fizemos um trabalho exaustivo de ata». De facto, há aqui uma contradição entre aquilo que disse na intervenção inicial e o que agora disse.

Portanto, para cabal esclarecimento, pergunto-lhe quais foram os procedimentos que acompanhou e quais foram os que não acompanhou, porque penso que este é um aspeto importante que deve ficar aqui clarificado.

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **José Manuel Fernandes**: — Há procedimentos iniciais, na fase do Eng.<sup>o</sup> Van Zeller, que foram desencadeados nessa altura pela Comissão. Eu tive de me inteirar desses procedimentos e, enfim, tive de aprender com o que estava a acontecer e absorver esse trabalho que vinha de trás. Isso é natural e é a isso que me refiro, com alguma redundância de um pormenor ou outro.

Quando falo na ata, refiro-me ao trabalho que nós fazíamos de acompanhamento em que, num caso ou noutro, não tínhamos uma mecânica de querer fazer um *memo* com um detalhe muito aprofundado daquela que é, talvez, a vossa expectativa. É a isso que estou a querer referir-me.

Uma coisa eu sei, e estou aqui de consciência tranquila, meus amigos: eu e a equipa fizemos um trabalho exaustivo, em prejuízo muito grande da nossa vida pessoal, sem nunca termos sido remunerados de 1 tostão. E fizemo-lo a favor do País e daquilo que está aqui exarado.

Trabalhámos dia e noite, em reuniões entre nós, para que todo este processo funcionasse e tivesse o melhor sucesso possível. Enfim, haverá aqui um ou outro detalhe técnico ou jurídico sobre o qual possamos não ter sido muito precisos a falar, mas isso faz parte também da linguagem de quem é...

A Sr.<sup>a</sup> **Carla Cruz** (PCP): — Gostaria de clarificar uma outra questão, porque, na resposta anterior a um Deputado de um outro grupo parlamentar, disse: «Não quisemos intervir em aspetos que estavam a decorrer.» Pergunto-lhe quais foram os aspetos em que não quiseram intervir.

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — Não quisemos nem tínhamos a missão de intervir em aspetos técnicos regulamentados da forma como estavam a decorrer e competia à EMPORDEF, competia ao BESI estruturarem todo esse processo de tratamento da informação que vinha nas propostas, portanto aspetos de conteúdo técnico mais ligados às propostas em si.

A nós competia mais o aspeto da legalidade, ou seja, saber se as coisas estavam legais, se estava alguma coisa em causa em termos de correção, em termos de pôr em causa os interesses do Estado. Isso para nós é que era essencial e é aquilo que interpretamos e que está regulamentado no *Diário da República* em termos de missão das comissões.

A Sr.<sup>a</sup> **Carla Cruz** (PCP): — Mas, em algum momento, sendo um conhecedor e especialista, detetou algum aspeto que não estivesse tão correto, tão cabalmente esclarecedor? Não sentiu necessidade, enquanto Presidente da Comissão de Acompanhamento, de alertar para esse aspeto, de o referir e de o tentar corrigir?

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **José Manuel Fernandes**: — Não. Nunca tive de enfrentar uma situação dessas.

As coisas estavam previstas, estavam bem organizadas em termos de *procurement* das propostas e eu não senti necessidade disso.

A Sr.<sup>a</sup> **Carla Cruz** (PCP): — Caso tivesse sentido, acha que tinha liberdade para poder alertar para esse aspeto?

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **José Manuel Fernandes**: — Completamente. Senti-me à vontade para o fazer. Absolutamente!

A Sr.<sup>a</sup> **Carla Cruz** (PCP): — Gostaria ainda de lhe colocar outra questão.

No relatório de 17 de abril de 2013, também assinado pelo Sr. Engenheiro — perdão, não assinou porque estava em missão no Peru e na Colômbia com o Sr. Presidente da República, tendo assinado depois através da carta de dia 30... Mas, como eu estava a dizer, no relatório de 17 de abril de 2013 fazem uma súmula das atividades e, no ponto 2.1 do ponto 2 — e o ponto 2 tem como epígrafe «Atividades realizadas» —, refere o seguinte: «Após a emissão do relatório e parecer desta Comissão datado de 14 de Novembro de 2012 e na execução das suas atividades, posteriores a essa data, a CEA realizou diversas sessões de trabalho, nomeadamente as

seguintes: Reuniões com a Administração da EMPORDEF (...); Reunião entre os membros da CEA no dia 29 de janeiro de 2013; Reunião com a Senhora Secretária de Estado do Tesouro, no dia 9 de abril de 2013.»

Pergunto: de forma a ser transparente e pelo rigor que aqui tanto tem salientado, por que razão neste relatório não há uma súmula dos assuntos tratados em cada uma destas reuniões — isto para um cabal esclarecimento e total transparência?

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — Os assuntos eram de acompanhamento normais... Havia um alinhamento lógico e fluido entre as partes com quem falávamos, havia esclarecimentos e, claro, que, se estivéssemos perante divergências, esses relatórios apareceriam. Mas isso não aconteceu, eram assuntos correntes. De maneira que não deram azo a uma situação dessas. Achamos que era uma evolução normal...

A Sr.ª **Carla Cruz** (PCP): — Em todo este processo, nas reuniões que tiveram, nunca houve divergências entre a Comissão de Acompanhamento, a EMPORDEF e as outras entidades?

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — Não, porque sentimos... Nunca houve divergências; quando muito houve discussão preventiva de procedimentos.

Provavelmente, havia mais uma situação de sentirmos a melhor solução, a melhor decisão e, sobretudo, a melhor opção a tomar em relação a um ponto ou outro e como deveria ser em termos de recomendação. Foi mais neste aspeto...

A Sr.<sup>a</sup> **Carla Cruz** (PCP): — Posso, então, concluir que estas recomendações inserem-se naquilo que disse na intervenção inicial ao referir: «retocamos um ou outro aspeto»? Foi isso?

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — Era o papel da Comissão e em reuniões de trabalho que estão bem identificadas com a administração da EMPORDEF, e não só, discutimos aspetos práticos, pedimos esclarecimentos. Havia todo um trabalho de procura e de análise de toda a informação do que estava a passar-se e estávamos perfeitamente sincronizados com o que estava a passar-se.

A Sr.<sup>a</sup> **Carla Cruz** (PCP): — Mesmo a terminar, gostaria de apelar à sua memória para nos dar exemplos concretos de aspetos em que deram indicação, utilizando a sua expressão de «retoques». Concretamente, que retoques foram sugeridos pela Comissão de Acompanhamento?

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — Concretamente, nas candidaturas, a evidência da ausência de planos de negócio. A Comissão falou entre si sobre isso, discutimos e, de facto, falámos com a EMPORDEF. Esse caso, lembro-me, foi dos mais notados e evidentes. Mas, enfim... Não me ocorrem mais. Poderia ocorrer, mas eu teria de ler alguma documentação. Eram coisas correntes do dia a dia do trabalho da Comissão.

A Sr.<sup>a</sup> **Carla Cruz** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, dou por terminada a intervenção do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem, agora, a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Aiveca, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Aiveca** (BE): — Muito obrigada, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Sr. Eng.º José Manuel Fernandes, não tenho basicamente nenhuma pergunta para lhe fazer.

Nós temos sobre esta Comissão Especial de Acompanhamento da Reprivatização dois documentos dirigidos à Secretária de Estado do Tesouro que dão conta da atividade desta Comissão de Acompanhamento. São documentos positivos e relatam apenas a atividade, o número de reuniões que houve e nem nenhum desses documentos o conteúdo dessas reuniões.

Portanto, era suposto que, na base deste conhecimento que já temos, nesta audição de hoje, o Sr. Engenheiro fosse um pouco mais longe, e creio que foi isso que os diferentes grupos parlamentares hoje aqui fizeram, tentando aprofundar o conteúdo das referências feitas nestes relatórios de atividade. Assim não aconteceu. O senhor foi-nos dizendo sempre generalidades que, por sinal, já estão referidas no próprio relatório, nomeadamente: definição de procedimentos; o seu planeamento; a identificação e seleção de entidades... No fundo, não adiantou muito mais em termos de conteúdo.

No entanto, tenho uma dúvida e até curiosidade sobre a forma como terminam os dois documentos que temos, quer o documento que enviou em 14 de novembro de 2012 à Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado do Tesouro quer o documento que foi enviado a 17 de abril de 2013.

Registo que, no final do primeiro documento, diz-se (e passo a citar): «É, ainda, nossa convicção que durante todo o processo de reprivatização do capital social da Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A., e até à

presente data...» — estávamos em 2012 — «... foram respeitados os princípios da regularidade, do rigor, da transparência, da isenção, da imparcialidade e da melhor defesa do interesse público.»

Curiosamente, em abril de 2013, o documento termina exatamente da mesma maneira, tirando apenas um pequeno inciso, ou seja, «até à presente data».

Daqui se conclui que o Sr. Engenheiro não adiantará muito mais do que aquilo que está escrito nestes dois relatórios e continuará a dizer — aliás, tem-no dito ao longo das respostas às perguntas que lhe foram sendo feitas — que todo o processo decorreu respeitando todos os princípios, com rigor, com transparência, com isenção, com imparcialidade, e assim continuará.

A única pergunta que lhe posso fazer é a seguinte: é sua profunda convicção de que neste processo, fazendo parte desta Comissão de Acompanhamento, os interesses do Estado nunca foram postos em causa? Este processo é mesmo um processo que decorreu com rigor, com transparência, com isenção, com imparcialidade?

A única coisa que me ocorre perguntar-lhe é que reafirme o que até já escreveu nos relatórios, porque já percebi que pergunte o que perguntar sobre o conteúdo das reuniões havidas, das intervenções havidas, dir-me-á sempre aquilo que tem estado aqui a dizer: que houve sempre imparcialidade, que agiram sempre em torno da legalidade e não adiantará muito mais, porque, a algumas perguntas já aqui feitas, também nos referiu «não tenho presente» ou «não me lembro», ou seja, disse muito pouco.

Por isso mesmo, ao Bloco de Esquerda assiste o direito de fazer a leitura de que esta Comissão de Acompanhamento foi também, e apenas, um certificado de garantia para a EMPORDEF. Aliás, os elogios feitos à EMPORDEF dão-nos conta de que, repito, esta Comissão — é a nossa

leitura, assiste-nos a liberdade de a fazer e é apenas isto, não é uma pergunta — foi um certificado de garantia para o trabalho que a EMPORDEF desenvolveu.

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — Em primeiro lugar, apraz-me dizer que creio que há uma consciência do que é a empresa Estaleiros, do que estava ali a ser oferecido. Portanto, tendo em conta as características deste bem, deste património, isto deu origem a um processo que teve, também, as suas características concursantes de oferta e procura.

Nesse contexto, realizámos o trabalho de acompanhamento que, em consciência, entendemos que deveria ser feito, com o melhor empenho e correspondendo aos interesses do Estado, na medida em que está identificado e bem documentado o sentido em que a Comissão tinha de atuar.

Em relação à EMPORDEF, sou franco, eu não conhecia ninguém da EMPORDEF, o que verificámos foi que estiveram disponíveis para trabalhar e organizar toda a informação que pedíamos e tiveram resposta pronta sempre que lhes foi solicitado algo, quer reuniões, quer documentação, quer o envio de *e-mails* com esclarecimentos, repito, foram sempre prontos e o trabalho foi proactivo...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Aiveca** (BE): — Sincronizado!

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — ... e sem identificação de problemas.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Aiveca, está satisfeita?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Aiveca** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, não ficou gravado, mas precisando melhor esta última resposta diria que foi um trabalho sincronizado, porque é exatamente isso que está expresso no vosso ofício e, por isso mesmo,...

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **José Manuel Fernandes**: — Posso esclarecer melhor: sincronizado entre a solicitação e a resposta, o que é muito importante. Não deu tempo a serem trabalhadas muitas vezes respostas deformadas, isto ou aquilo, antes, pelo contrário, tivemos sempre respostas muito assertivas em relação ao plano da pergunta, e isso para nós é importante.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Srs. Deputados, gostaria de saber se mais algum grupo parlamentar pretende colocar questões ao Sr. Engenheiro.

*Pausa.*

Inscreveram-se os Srs. Deputados Jorge Paulo Oliveira, do PSD, e Agostinho Santa, do PS.

Cada grupo parlamentar dispõe, agora, de 3 minutos. Agradeço que o tempo seja respeitado, pois temos aqui limitações que não são nossas e devemos respeitar as limitações de tempo do nosso convidado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, a minha intervenção prende-se com a necessidade que temos de realçar alguns aspetos. E o que gostaríamos de realçar é que, do nosso ponto de vista, ficou patente, ao longo destas múltiplas intervenções e respostas que foram dadas, que a comissão de avaliação desempenhou aquela que era a sua

missão, mas esse desempenho foi feito nos estritos parâmetros a que ela própria estava adstrita.

Gostaríamos, também, de sublinhar que nos parece patente que, no decurso deste processo, foram respeitados os princípios e as regras consagrados na lei, foram respeitados os limites e as regras estabelecidos legalmente, foram respeitados os procedimentos e critérios que estão estabelecidos no Caderno de Encargos. E, neste quadro, a conclusão é óbvia: se assim é, foi respeitado o princípio da legalidade e foi defendido o interesse público, num processo que, pelo menos pelas intervenções que aqui foram feitas e pelas respostas que foram dadas, foi absolutamente transparente.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, para concluir, quero, ainda, realçar que o nosso entendimento é o de que uma comissão de acompanhamento é isso mesmo, é uma comissão de acompanhamento, não é uma comissão de intervenção, como algumas forças políticas aqui parecem ter defendido.

Nesse sentido, a Comissão de Acompanhamento cumpriu estritamente aquele que era o seu papel, nem mais nem menos do que isso.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Sr. Deputado, não colocou nenhuma questão ao Sr. Engenheiro, pois não?! Nem lhe pediu nenhuma resposta, em termos de linguagem de engenharia?!

Sendo assim, tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Santa.

O Sr. **Agostinho Santa** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, começo por cumprimentar o Sr. Eng.º José Manuel Fernandes e vou tentar ser rápido.

Os termos em que funcionaria a Comissão de Acompanhamento são os termos que estão definidos normativamente, neste caso, através de uma

resolução que, depois, tem um caderno de encargos que define, claramente, quais as missões e atribuições dessa Comissão.

Para fazer estas perguntas parto do pressuposto de que essa Comissão tinha as seguintes competências: apoio técnico, fiscalização, acompanhamento, controlo da legalidade e dos princípios de direito e contributo para o sucesso da operação. É isso que lá está e, nesse sentido, vou partir já para as perguntas.

Primeiro, no cumprimento destes deveres, como é que entende que se tenha deixado passar o prazo de validade da proposta da Rio Nave? O prazo normativo era de 60 dias, ela apresentou em 90 dias, como é que se deixou passar esse prazo?

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — A ultrapassagem do prazo deveu-se a um conjunto de... A proposta definitiva não continha, minimamente, condições para ser sobre a mesma proferida uma decisão. Portanto, houve um conjunto de esclarecimentos que foram pedidos, até aos dois concorrentes.

Entretanto, apareceu no *Jornal Oficial da União Europeia* a publicação da questão das ajudas à empresa Estaleiros Navais de Viana do Castelo e, a partir daí, o prazo foi sendo absorvido. Por sua vez, foi também absorvida a data-limite que eles tinham imposto para validade da proposta, pelo que caducou.

Portanto, eles saíram voluntariamente e nem fizeram esforço, no sentido de revalidar a proposta.

O Sr. **Agostinho Santa** (PS): — Então, como é que justifica que o prazo da proposta da RSI Trading tenha sido prorrogado e o da Rio Nave

não? Foi-lhe dada oportunidade, tal qual como foi dada oportunidade à RSI?

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — Sim, isso foi o próprio interesse espontâneo dos concorrentes, tanto da Rio Nave como da... Fizeram essas opções: um revalidou, o outro não. Nada tem a ver com o processo interno de decisão.

O Sr. **Agostinho Santa** (PS): — O que estava a perguntar era se não acha que, face à prorrogação do prazo de uma das entidades que se apresentou a concurso, vocês próprios, officiosamente, deveriam entender que, pelo menos, tinham de dar oportunidade à outra para que o fizesse, de modo a estarem em condições de igualdade? Não vos competia?

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — Acho que não. Quem estava a operar esse *interface* do pedido de elementos e de acompanhamento, proposta a proposta, da sua composição, era a EMPORDEF. Por aquilo que nos apercebemos, creio que não foi um trabalho fácil. Havia reuniões constantes, decorreram cinco ou seis reuniões entre o pedido de elementos e as respostas, e estas não eram muito conclusivas, porque muitas vezes envolviam consulta dos assessores, que estavam cá em Lisboa, às empresas de origem, e as coisas demoravam.

Entretanto, surgiu o conhecimento da análise das ajudas, por parte da DGCom, a considerar que existia um impedimento em relação às regras da concorrência e um ilícito e, nessa medida, foi imediatamente interpretado que quem ganhasse tinha de arcar com a responsabilidade de indemnizar o Estado no valor dos 180 milhões de euros, fazendo reverter para o Estado

essas ajudas. De maneira que penso que esse foi um dos motivos para que a Rio Nave tivesse desistido.

O Sr. **Agostinho Santa** (PS): — Tendo em conta as competências de acompanhamento da Comissão, nunca disse nada sobre a passagem do tempo? Estava a ver que a situação ia conduzir à caducidade de uma das propostas e não disse nada? Recomendou celeridade a alguém? Não fazia parte das competências da Comissão de Acompanhamento acompanhar uma situação perversa, que era a de alguém desaparecer do concurso, por razões não substantivas?

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — Exatamente, eram razões substantivas e de conteúdo. Enfim, estava a decorrer um processo, entre pedido de dados, entrega de dados, resposta, decorreram dias seguidos e não podíamos estar permanentemente dentro desse acompanhamento, mas era um processo que estava a decorrer normalmente.

O Sr. **Agostinho Santa** (PS): — Por sua própria iniciativa, trouxe aqui à discussão o problema que estaria a acontecer com a Comissão Europeia, em relação às ajudas estatais. Então, a decisão de conclusão deste processo foi fictícia ou a razão que levou a que acontecesse o processo de encerramento, a privatização, foi essa questão, que o Sr. Ministro da Defesa também aqui referiu?

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — Não, por aquilo de que temos conhecimento, foi a razão técnica, do valor da proposta final, e não o problema levantado pela DGCom.

Conforme consta da publicação, em *Diário da República*, de 24 de abril, a decisão é uma decisão técnica, de valor da proposta em si, que não corresponde minimamente à expectativa do vendedor, isto é, do Estado.

O Sr. **Agostinho Santa** (PS): — Então, posso concluir que, se o Sr. Ministro da Defesa disse aqui, nesta Comissão, que foi essa a razão, não digo que mentiu — nada disso —, mas, de alguma forma, estará enganado?

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — Na altura, creio que as coisas estavam a decorrer entre a Parpública, em nome do Governo português, e a DGCom e, portanto... A decisão do Governo é anterior, é tomada em primeiro lugar, relativamente à decisão da DGCom, que não foi conclusiva em relação a este tema.

O Sr. **Agostinho Santa** (PS): — O n.º 4 do artigo 1.º do Caderno de Encargos dizia que podia haver atos e medidas com vista à recuperação económico-financeira, enquanto decorresse o processo de privatização. Assim, o que lhe pergunto, porque também já não tenho tempo para mais, é se alguma vez a Comissão se pronunciou sobre estas situações, ou seja, sobre as situações de paragem que, entretanto, aconteceram, que não cumpriam a tal intenção de recuperação económico-financeira que o próprio Caderno de Encargos expressamente admitia. Alguma vez se pronunciou sobre estas situações? Não lhe parece que a competência genérica de acompanhamento e fiscalização e a obrigação de contribuir para o sucesso da operação deviam conduzir a alertas, pareceres, chamadas de atenção à administração dos Estaleiros, à EMPORDEF ou à própria tutela? Não lhe parece que isto cabia, também, nos poderes que lhe eram atribuídos?

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — Não, por exemplo, em relação à primeira fase do processo, cujo prazo estava calendarizado para, enfim, entregarmos o processo ao Governo, ao Ministério da Defesa Nacional e ao Ministério das Finanças, para decisão em Conselho de Ministros, a Comissão pronunciou-se, no sentido de que as candidaturas não estavam bem balizadas, com toda a informação, para haver uma decisão capaz, de maneira que houve logo, imediatamente, a partir daí, prorrogação do prazo. Portanto, de certa maneira, intervimos nessa prorrogação para pedir mais esclarecimentos, indiscutivelmente.

O Sr. **Agostinho Santa** (PS): — Se me permite, gostaria de fazer só mais uma pergunta, muito direta, de resposta «sim» ou «não».

Tem conhecimento de que, no âmbito do processo de reprivatização, a Martifer apresentou uma proposta de subconcessão dos Estaleiros Navais? Foi a mesma apreciada nessa fase? Teve algum conhecimento disso?

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — Não, desconhecia por completo.

O Sr. **Agostinho Santa** (PS): — Muito obrigado.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Srs. Deputados, não registando a mesa mais pedidos de palavra, presumo que mais nenhum grupo parlamentar queira colocar questões ao Sr. Eng.º José Manuel Fernandes.

Sr. Engenheiro, agradeço-lhe, em nome de todos, a presença nesta Comissão e os esclarecimentos prestados.

O Sr. Eng.º **José Manuel Fernandes**: — Muito obrigado, Sr.ª Presidente.

Não obstante um ponto ou outro não ter sido 100% esclarecedor, o nosso sentimento é de missão cumprida, na defesa dos interesses do País, infelizmente, perante uma situação destas.

A Sr.ª **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Engenheiro.

Sr.ªs e Srs. Deputados, chegámos ao fim dos nossos trabalhos de hoje. A próxima audição terá lugar no dia 29 de abril, de acordo com o mapa que foi disponibilizado. Vejo alguns Srs. Deputados relativamente aliviados, porque têm de conciliar presença em Plenário com participação em Comissão...

*Risos.*

Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

*Eram 18 horas e 50 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL